



17 DE SETEMBRO DE 2015

Quinta-feira

- WEG COMPRA FABRICANTE ESPANHOLA DE PAINÉIS ELÉTRICOS AUTRIAL
- LEVY DISCUTIRÁ PACOTE FISCAL COM COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
- ARTIGO: BUROCRACIA NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
- CÂMARA FINALIZA VOTAÇÃO DE PROPOSTA QUE PROÍBE ISENÇÃO DE ISS ABAIXO DE 2%
- ENTENDA AS CONSEQUÊNCIAS DO 'PACOTACO' ANTICRISE DE BETO RICHÁ
- BNDES VENDE AÇÕES DE EMPRESAS NA BOLSA PARA REFORÇAR CAIXA
- CRISE OBRIGA 72% DOS CURITIBANOS A MUDAREM HÁBITOS DE CONSUMO
- GRUPO TERÁ PARQUE INDUSTRIAL DE R\$ 300 MI EM MG
- OAB, CNI E MAIS TRÊS ENTIDADES CRITICAM AUMENTO DE IMPOSTOS
- CRISE DO SETOR AUTOMOBILÍSTICO NO BRASIL REPERCUTE EM FRANKFURT
- EM CRISE, INDÚSTRIA PREVÊ FECHAMENTO DE MAIS DE 610 MIL VAGAS NESTE ANO
- CIRIEX ABUS LEVA TECNOLOGIA ALEMÃ À MERCOPAR 2015
- SKAF DIZ QUE FARÁ TUDO PARA IMPEDIR A APROVAÇÃO DA NOVA CPMF
- BRASIL E RÚSSIA PRETENDEM ALCANÇAR INTERCÂMBIO COMERCIAL DE US\$10 BILHÕES
- PLANO DECENAL DE ENERGIA PREVÊ INVESTIMENTOS DE R\$ 1,4 TRI EM 10 ANOS
- APÓS ACORDO COM SINDICATO, VOLKS DEVE ADERIR AO PPE EM SÃO BERNARDO DO CAMPO
- MAN ESTUDA ADERIR AO PPE NA FÁBRICA DE RESENDE
- PARA ENFRENTAR CRISE, MAN OFERECERÁ LEASING OPERACIONAL PARA CAMINHÕES

- SETOR DE VEÍCULOS SEGUE NUMA TRAJETÓRIA DESCENDENTE, AVALIA IBGE
- INDÚSTRIA DO BRASIL SOFRE COM ELEVADOS JUROS E TRIBUTOS, DIZ PRESIDENTE DA ABIMAQ
- CIRCULAR SECEX: DUMPING DA CHINA NA EXPORTAÇÃO DE TUBOS DE AÇO CARBONO SEM COSTURA
- PARA ANALISTAS, CHANCE DE REAJUSTE DE PREÇOS É BAIXA
- GOLDMAN SACHS DESTACA RESILIÊNCIA DA GERDAU
- MINÉRIO DE FERRO RECUA NA CHINA ACOMPANHANDO QUEDA NOS MERCADOS DE AÇÕES
- USIMINAS VAI AUMENTAR PREÇO DO AÇO EM ATÉ 7%
- FLEXA COMEMORA CRIAÇÃO DO FUNDO DE EXPORTAÇÃO E COBRA MAIS AVANCOS
- EXPANSÃO NÃO SAIU DOS PLANOS DA MINERADORA
- VEÍCULOS FREIAM A QUEDA, MAS VAREJO MANTÉM RETRAÇÃO
- COUTINHO DEFENDE PERSPECTIVA DE PAÍS VOLTAR A CRESCER CONSISTENTEMENTE
- GM PAGARÁ US\$ 900 MI PARA ENCERRAR AÇÃO CRIMINAL
- EM MEIO À CRISE, PROCURA POR CONSÓRCIOS DE IMÓVEIS CRESCE MAIS DE 50% EM 7 MESES

CÂMBIO		
EM 17/09/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,900	3,901
Euro	4,411	4,412

Fonte: BACEN

WEG compra fabricante espanhola de painéis elétricos Autrial

17/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O grupo catarinense WEG anunciou nesta quinta-feira (17) a compra da espanhola Autrial, especializada em produção de painéis elétricos. A empresa não informou o valor da operação, mas afirmou que não se trata de quantia relevante para o grupo.

Em 2014, a Autrial, com 130 funcionários, teve receita de cerca de 14 milhões de euros, informou a WEG. A Autrial é uma companhia de controle familiar, fundada em 1977, e com larga experiência na fabricação de painéis elétricos de partida e proteção de motores, painéis de distribuição, painéis para grupos geradores, painéis para sistemas fotovoltaicos, entre outros. A empresa ocupa área fabril de 10.000 metros quadrados e conta com cerca de 130 colaboradores.

De acordo com o Diretor Superintendente da WEG Automação, Manfred Peter Johann “a aquisição vai alavancar os negócios de produtos de Automação da WEG na Europa e nos permitirá avançar em nosso projeto de internacionalização da unidade de negócio”.

Levy discutirá pacote fiscal com Comissão Mista de Orçamento

17/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, chegou há alguns instantes à Comissão Mista de Orçamento no Congresso. O principal assunto da pauta é o pacote fiscal, anunciado na última segunda-feira (14), para reverter o déficit de R\$ 30,5 bilhões no Orçamento de 2016.

Levy foi abordado pela reportagem, mas não quis falar. O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, também participará da reunião. A audiência será fechada, restrita aos ministros e aos parlamentares.

Na quarta-feira (16), antes da reunião que deveria servir para cancelar o suporte de governadores à recriação da CPMF, o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, se reuniu com Levy, para discutir preliminarmente a viabilidade do percentual que seria destinado aos estados.

Pezão se posicionou a favor da recriação da CPMF, desde que governo e Congresso concordem em dividir a arrecadação com estados e municípios. Ainda não há definição sobre uma eventual participação dos municípios nesta distribuição.

Após reunião com Levy, o governador do Rio criticou a frente que os parlamentares de oposição pretendem montar contra a volta do imposto e disse que eles devem ouvir os governadores de suas respectivas bases, para “ver que eles têm o mesmo problema” em sustentar a Previdência.

Artigo: Burocracia nas exportações brasileiras

17/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Os desafios quanto ao desempenho da indústria e das exportações industriais revelam as especificidades da inserção do Brasil no cenário global.

De fato, as transformações observadas frustraram as expectativas de incremento da competitividade. Assim, a discussão sobre os entraves burocráticos no comércio exterior é decisiva para redefinir políticas públicas.

Embora seja a sétima economia mundial em 2014, o Brasil figura como o 56.º colocado no ranking de competitividade global, segundo o World Economic Forum. No cenário empresarial brasileiro atual se destaca o encolhimento do setor manufatureiro.

A contribuição da indústria de transformação no valor adicionado da economia, que em 1985 era de 27,2% do PIB, caiu para 18,62% em 1995 e 13,25% em 2012.

Tal quadro se caracteriza não só pelo aumento dos produtos básicos e semielaborados na pauta de exportações, mas também pelo aumento das importações de bens intermediários, máquinas e equipamentos. Atualmente, as exportações brasileiras de manufaturados representam aproximadamente 0,7% do comércio mundial.

A burocracia no comércio exterior restringe a participação do Brasil no mercado global.

Nas últimas duas décadas, a política cambial brasileira reduziu a capacidade exportadora da indústria e o potencial competitivo das manufaturas brasileiras no mercado doméstico.

Após a crise global, o cenário de perda de clientes para a China estimulou a construção de unidades industriais em outros países, além de expandir acordos de terceirização da produção.

Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) de 2011 sobre as estratégias das empresas do setor industrial destaca que 9,6% das grandes empresas já produzem com fábrica própria na China e outras 4,8% terceirizam parte de sua produção com empresas chinesas.

Na opinião dos empresários, o segundo maior entrave à exportação é a burocracia alfandegária e aduaneira.

A esse respeito, pesquisa da CNI de 2013 destaca a demora na liberação de cargas, o pagamento de honorários e taxas aduaneiras, o processamento de grande número de documentos, a baixa agilidade nas inspeções/vistorias e na análise dos órgãos competentes, além da falta de coordenação entre esses órgãos.

Como resultado, o custo e a demora na liberação das exportações impactam negativamente a competitividade do Brasil em relação a outros países da América Latina.

O terceiro maior entrave é o sistema tributário. Segundo os empresários, o tributo que mais afeta a atividade exportadora é a Contribuição para a Previdência Social (cota patronal – INSS).

Ademais, a demora e a ineficiência nos mecanismos de ressarcimento de tributos afetam a competitividade e desestimulam o esforço exportador. Assim, a burocracia tributária eleva os custos financeiros e introduz incertezas adicionais na lucratividade esperada.

Com efeito, a burocracia no comércio exterior, ao onerar e limitar a agilidade do processo exportador, restringe a participação do Brasil no mercado global.

Nesse sentido, a expansão das exportações industriais brasileiras requer a construção de vantagens competitivas específicas que considerem a importância dos custos e do fator tempo na dinâmica empresarial.

(Maria Alejandra Madi é professora da Unifesp e especialista do Instituto Millenium).

Câmara finaliza votação de proposta que proíbe isenção de ISS abaixo de 2%

17/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A Câmara dos Deputados finalizou nesta quarta-feira (16) a votação da proposta que proíbe a concessão de renúncia do Imposto sobre Serviços (ISS) abaixo da alíquota mínima de 2%. Esse é um dos projetos em tramitação no Congresso que pretende acabar com a guerra fiscal.

A principal determinação do texto é que “o imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos e benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em uma carga tributária menos que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida”.

Além de impedir isenções de ISS, estende a cobrança a outros setores não tributados atualmente, como sites que disponibilizam áudio e vídeo, a exemplo do Netflix. Outro serviço que passa a ser tributado é a aplicação de tatuagens e piercings.

Na noite desta quarta, os deputados votaram e aprovaram duas emendas para alterar o texto aprovado na última quinta (10). Uma delas incluiu na proposta a possibilidade de registrar as máquinas de cartão de crédito no município em que a operação é feita em vez de centralizar na sede da administradora do cartão.

Com a outra mudança, os parlamentares tiraram do texto a tributação sobre o traslado intermunicipal e cremação de corpos ou a cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamentos, permitindo que sobre esses serviços ainda seja permitida isenção.

Segundo o projeto, passa a ser considerado crime de improbidade administrativa “qualquer ação ou omissão no sentido de conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário” ao que determina a lei.

Como punição a quem conceder incentivos do imposto, a proposta destaca a perda de função, suspensão dos direitos políticos de 5 a 8 anos e multa de até três vezes o valor do benefício concedido.

Após a publicação da lei, Estados terão um ano para revogar dispositivos que concedam isenções.

Contudo, como sofreu modificações na Câmara e se trata de um projeto de lei complementar com origem no Senado, a proposta vai retornar para avaliação dos senadores e, só então, segue para sanção da presidente Dilma Rousseff.

Entenda as consequências do 'pacotão' anticrise de Beto Richa

17/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O pacote anticrise enviado pelo governo do estado a Assembleia Legislativa será analisado na Comissão de Constituição e Justiça da casa na tarde desta quarta-feira (16). Ele foi anunciado como instrumento para criar o Fundo Estadual de Combate à Pobreza e instituir alíquotas progressivas para o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD).

Porém, nesta quarta-feira (16), o Palácio Iguazu voltou atrás e desistiu de manter a reforma das alíquotas do imposto sobre heranças junto com o restante do “pacote anticrise”. O projeto deverá ser retirado do pacotão e tramitar à parte.

Segundo o governo, as duas medidas fazem parte de uma série de ações para proteger o Paraná contra os efeitos da crise econômica nacional e favorecer a continuidade do desenvolvimento. No fundo, porém, ele pode mexer com o bolso do consumidor, retirar dinheiro dos municípios e dos outros poderes e liberar a venda de ações de empresas como a Copel e a Sanepar sem consulta ao Legislativo.

Confira a relação das propostas:

Compras a distância

Essa medida impacta nas compras feitas do consumidor do Paraná pela internet ou telefone de empresas sediadas em outros estados.

O Projeto de Lei 662/2015 enviado pelo governo à Assembleia em 3 de setembro inclui na cobrança do ICMS operações de contribuintes paranaenses nas quais o imposto é recolhido apenas no estado de origem.

Se houver diferença no ICMS cobrado do estado de origem e o do Paraná, a empresa terá de pagar esse percentual.

Na prática, as empresas poderão repassar esse custo adicional ao consumidor do estado. Além disso, o texto prevê que, caso a loja em questão não recolha a diferença, o consumidor final arque com o recolhimento – o mesmo valerá para as transportadoras desses produtos.

Fim da isenção

O projeto também prevê o fim do benefício de compensação de créditos de ICMS para o transporte de carga própria em relação aos seguintes itens: óleos, peças de reposição, outros produtos de manutenção da frota e demais materiais rodantes. Esse item é mais um que deve aumentar a arrecadação estadual.

Fundo de Combate à Pobreza

A criação desse fundo tem sido utilizada pelo governo do estado como chamariz do projeto. Na Agência Estadual de Notícias, o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, disse que o projeto se refere a medidas que “propiciarão aumento de receitas em algumas áreas, para ações de combate à pobreza”.

O governo também ressaltou que não se trata de aumento impostos e, que mesmo assim, “será instituída uma reserva de R\$ 400 milhões por ano para aplicar em ações de construção de moradias, programas de combate a desigualdades sociais, proteção de direitos e qualificação profissional”. E listou 19 estados que já instituíram o fundo.

Mas a decisão afeta o cofre dos municípios em uma jogada de mestre: o Executivo estadual reduziria em dois pontos o imposto de produtos como bebidas alcoólicas, cosméticos, fumo e gasolina, para logo em seguida majorá-los no mesmo índice fazendo com que esses recursos deixem de ser vinculados aos repasses obrigatórios que devem ser feitos às prefeituras e demais poderes do estado.

Taxação dos inativos

Dando sequência às medidas que alteram a previdência estadual, o governo do estado utilizou o PL 662 para se adequar à legislação federal e pagar o mesmo e pagar o mesmo percentual que o funcionalismo público ao sistema previdenciário, a título de contrapartida. Mas o texto deixa de fora inativos e pensionistas.

A taxa de 11% sobre a aposentadoria dos inativos começou a ser feita em abril deste ano, sobre o valor que excede o teto do INSS, hoje fixado em R\$ 4.663,75. O líder do

governo da Assembleia, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), disse que esse erro será corrigido.

Copel e Sanepar

O governo do estado incluiu um artigo no projeto para se desobrigar a consultar o legislativo sempre que quiser vender ações de empresas públicas e de economia mista, como a Copel e a Sanepar. Em maio, o secretário Mauro Ricardo Costa chegou a defender a venda de parte das duas companhias para fazer caixa, mas o governador Beto Richa (PSDB) refutou a ideia naquela época. Para fazer a mudança, o governo utilizou o último parágrafo do projeto de lei que será analisado hoje para revogar um inciso da Lei Estadual 15.608/2007.

Herança

O governo anunciou como algo positivo para o bolso dos contribuintes. A ideia era que a atual alíquota de 4% cobrada sobre o montante de heranças e doações – independentemente do valor – passaria a ser escalonada de zero (até R\$ 25 mil) a 8% do valor do bem (acima de R\$ 700 mil).

Chegou a divulgar que, com a progressividade, e considerando os dados do ano passado, 55% dos contribuintes ficariam isentos do pagamento desse imposto (transações de até R\$ 25 mil).

Outros 41% teriam redução de imposto (até R\$ 300 mil). E que apenas 1,4% dos contribuintes teriam aumento de imposto para compensar a redução nas transações menores.

Mas, mesmo teoricamente pequeno, é justamente esse percentual que causou uma passariam a pagar mais imposto do que atualmente. E isso gerou uma rebelião generalizada da base aliada na Assembleia.

A medida foi retirada do pacote para tramitar em um projeto separado. Apesar de as chances de ela passar serem pequenas, o governo do estado continua apostando suas fichas na mudança do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) para fazer o que ele chama de “justiça fiscal”.

BNDES vende ações de empresas na Bolsa para reforçar caixa

17/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A empresa de participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a BNDESPar, espera lucrar entre R\$ 1 bilhão e R\$ 2 bilhões neste segundo semestre com a venda pulverizada de participações acionárias em empresas.

As principais apostas para alcançar o lucro desejado no período são as companhias de papel e celulose Fibria e Suzano – empresas exportadoras, que têm sido beneficiadas com a disparada do dólar e o aumento do preço da celulose no mercado internacional – e a gigante de alimentos JBS.

O objetivo é encorpar a capacidade do banco para desembolsos diante da decisão do governo de extinguir os repasses extraordinários do Tesouro que reforçaram o caixa do banco de fomento em mais de R\$ 450 bilhões desde 2008. De acordo com dados oficiais, o saldo devedor do BNDES com o Tesouro atualmente supera R\$ 521 bilhões.

Apesar do mau desempenho do Ibovespa, o banco tem identificado ações com desempenho positivo e concentra nesses títulos o desinvestimento desses papéis. O BNDES, que detém participação relevante no capital dessas três companhias (Fibria,

Suzano e JBS), por enquanto, não cogita vendas em bloco dessas ações, que são realizadas por meio de leilões. A negociação tem sido feita de forma pulverizada na Bolsa.

Na Fibria, resultado da união entre Aracruz e VCP (Votorantim Celulose e Papel), a BNDESPar detém 29,08% do capital; no JBS, 23,19% (a Caixa é outro acionista relevante do grupo, com 10,07%), e na Suzano, 6,85%, de acordo com dados oficiais das empresas até o mês de agosto.

A carteira de ativos da BNDESPar é composta de ações, participações societárias, debêntures, cotas em fundos de investimentos e derivativos.

A atuação mais agressiva do banco nesse período de crise é atribuída a uma pressão do governo para que o banco passe a caminhar com as próprias pernas, sem suportes do Tesouro.

De acordo com fontes do mercado financeiro ouvidas, a BNDESPar deveria ter começado esse movimento de vendas há mais tempo. Sérgio Lazzarini, professor do Insper, afirmou que o banco precisa realizar esse movimento de venda para fazer caixa. "Essas três empresas particularmente são consideradas as joias da coroa do banco", disse.

Levantamento feito pelo Insper mostra que o maior peso da carteira a BNDESPar vem de ações, que até junho deste ano representava 72% do ativo total (R\$ 77,025 bilhões).

Nessa carteira, as empresas são divididas em empresas coligadas (nas quais o banco possui alguma influência nas decisões financeiras e operacionais) e em não coligadas, que o banco mantém como investimento.

Entre dezembro de 2013 e junho deste ano, o banco de fomento não alterou significativamente a quantidade de ações em carteira, mantendo a estratégia de investimentos para longo prazo, de acordo com estudo feito pelo Insper.

Isso é sinal de que a BNDESPar começou esse movimento de se desfazer de ações de empresas recentemente, segundo fontes.

A carteira do banco estava mais exposta, nesse período, em empresas como a Petrobras, JBS, Fibria e Vale, de acordo com o Insper. "Não é um bom momento agora para se vender ações da Petrobras", disse Lazzarini.

Mais caixa

Segundo uma fonte do mercado financeiro, a BNDESPar pode levantar no curto prazo de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões com venda de participação de ações de empresas, nas quais detém fatia. No longo prazo, pode chegar a R\$ 15 bilhões."

Enquanto o Índice Bovespa acumula queda de 5,29% este ano e desvalorização de 18,26% em 12 meses, os papéis do JBS registram alta de 8,1% neste ano e elevação de 6,47% em 12 meses.

As ações da Suzano acumulam alta de 70,5% em 2015 e de 95,7 em 12 meses. A Fibria tem alta de 67,5% neste ano e de 109,06 em 12 meses.

Em nota, o BNDES disse que "especulações" sobre a venda de ações da carteira de sua unidade de participações acionárias, BNDESPar, para que o banco faça caixa não têm fundamento e que já tem equacionadas as fontes necessárias para executar seu orçamento de desembolsos

Crise obriga 72% dos curitibanos a mudarem hábitos de consumo

17/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A crise já obrigou 72,4% dos curitibanos a mudarem hábitos de consumo por conta da alta dos preços, do desemprego e da queda na renda. É o que mostra o levantamento exclusivo feito pelo Paraná Pesquisas, a pedido da Gazeta do Povo.

Para contornar a recessão, 36% dos moradores da capital optaram por cortar algum gasto mensal (como academia e telefone celular) e outros 33,8% dizem ter diminuído gastos com lazer. Parte dos curitibanos também está deixando de fazer algumas compras (25,8%) ou está saindo menos para jantar ou almoçar (24,4%).

Essa mudança no comportamento dos consumidores está sendo sentida pelos comerciantes da cidade. “As vendas diminuíram bastante. Não sei se é porque vendemos bolsas e relógios e não itens de primeira necessidade, mas sentimos muito a queda no movimento. As pessoas estão economizando”, diz Luzia Lima Cardoso, proprietária de uma loja de acessórios no Centro de Curitiba.

Cléber Cardoso, dono de uma loja de games e peças de computador, afirma que a busca por serviços de assistência é o que tem mantido o faturamento mensal do estabelecimento. “Parece que ninguém quer se comprometer. Antes muita gente apostava no parcelamento do cartão. Agora não. Todo mundo está comprando menos, quer pagar à vista e desconto”, diz.

A inflação é apontada como o maior problema da economia por 34,2% dos curitibanos. Não é para menos: a capital tem hoje a maior taxa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre as capitais, chegando a 11,06% nos últimos 12 meses até agosto, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mês passado, o índice de 0,47% registrado na região de Curitiba foi mais que o dobro do 0,22% encontrado no país.

“Agora a cliente vem e compra um xampu mais barato e não aquele mais caro que ela estava acostumada a levar. Ou está espaçando mais entre uma pintura de cabelo e outra. A gente sentiu essa mudança”, afirma Joana Neves, gerente de uma loja de cosméticos no calçadão da Rua XV de Novembro.

A alta de preços no mês em Curitiba foi influenciada por uma elevação forte nos custos da alimentação fora do domicílio (0,90%), artigos de residência (0,81%), serviços pessoais (0,77%) e educação (0,93%). No ano, o grupo com maior alta de preços é o de combustíveis e energia (55%), seguido de alimentação no domicílio (10,71%) e móveis e utensílios (8,67%).

“A gente vai ao mercado e sente muito a alta dos preços. Está muito difícil. Eu tento economizar de todas as formas, mas a principal é buscando marcas mais baratas do que aquelas que eu gostava de comprar. Não tem jeito”, conta a dona de casa Ivone Rudnick.

Freio puxado

Depois da inflação, os outros aspectos da crise considerados graves pelos curitibanos são o governo gastar mais do que arrecada (17,6%), o desemprego (17,3%) e a falta de confiança (16,7%).

Na opinião do estudante Juan Victor Fernandes o momento só permite a compra de itens básicos. “Eu só compro agora quando realmente estou precisando. Não dá para esbanjar.

Grande maioria dos entrevistados é contra nova alta de impostos para cobrir contas

Na avaliação de 75,2% dos curitibanos, o momento da economia está ruim ou péssimo e sem perspectiva de melhora, já que 54,8% consideram que o futuro será ruim ou péssimo e 32,9% regular. Apenas 11,5% dos moradores da capital acham que há boas ou ótimas perspectivas para a economia.

Para 75,4%, a reação do governo para conter a crise é considerada ruim ou péssima, enquanto 20,9% avaliam a postura do Planalto como regular. Novamente, o índice que faz uma avaliação positiva da postura do governo é baixo (2,7%).

A pesquisa mostra também que os moradores da capital paranaense não estão dispostos a encarar uma nova alta de impostos: 95,6% não apoia a ideia de um aumento nos tributos para cobrir o déficit público.

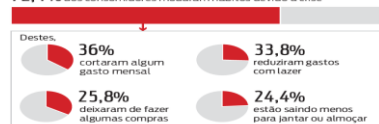
Com relação ao apoio ou não sobre a possibilidade de haver uma idade mínima para a aposentadoria – de 60 anos para as mulheres e 65 para os homens – os curitibanos estão mais divididos: 56,2% não apoiam, enquanto 41,6% concordam.

IMPACTO DA RECESSÃO

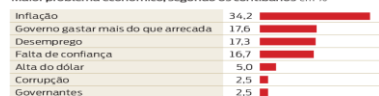
Pesquisa mostra que a maioria dos curitibanos já sentiu os efeitos da crise e está mudando hábitos para economizar. Confiança no governo e que o cenário vai melhorar é pequena

Curitibanos e a crise

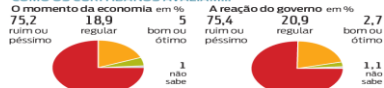
72,4% dos consumidores mudaram hábitos devido à crise



Maior problema econômico, segundo os curitibanos em %



COMO OS CURITIBANOS AVALIAM...



Fonte: Paraná Pesquisas. Infografia: Gazeta do Povo.

Grupo terá parque industrial de R\$ 300 mi em MG

17/09/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

Mesmo com a retração da indústria e as incertezas sobre a retomada do setor, a mineira Concreto Empreendimentos, da área imobiliária, vai construir um condomínio para fábricas em Betim (MG).

Será o primeiro projeto industrial da empresa, que atua com incorporação residencial e no segmento hoteleiro -ela é sócia do hotel que o grupo Fasano deverá inaugurar em Belo Horizonte em 2016.

O complexo receberá cerca de R\$ 300 milhões em investimentos, incluindo a infraestrutura e os galpões que serão erguidos para locação.

"O mercado passa por um momento ruim, mas a demanda por áreas industriais, que existia antes da crise, vai se ampliar quando essa fase for superada", diz Miguel Safar, fundador e presidente do conselho da Concreto.

O terreno que receberá o condomínio será parcelado em 24 áreas com 20 mil metros quadrados cada uma.

O primeiro galpão deverá ser entregue em 2016. A empresa vai operar no modelo de "built-to-suit", em que os prédios são construídos sob medida para contratos de aluguel de longo prazo.

"A área está bem perto da planta [de veículos] da Fiat e de importantes polos industriais, como o de Contagem. Apostamos na atração de fornecedores para fábricas que já estão na região."

No segmento de imóveis residenciais e corporativos de alto padrão, carro-chefe da companhia, a crise causou redução no número de novos projetos, segundo Safar.

"Seguramos as obras e estamos em compasso de espera, como praticamente todos os grupos que trabalham nessa área", diz o empresário.

RAIO-X

Projeto será o 1º do grupo na área industrial

480 mil m² é o tamanho da área que receberá galpões industriais

150 são os empreendimentos desenvolvidos pelo grupo

2 são os hotéis em que a empresa tem participação

1.0 é o número de funcionários da companhia

OAB, CNI e mais três entidades criticam aumento de impostos

17/09/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação Nacional do Transporte (CNT), a Confederação Nacional de Saúde (CNS) e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) assinaram nota conjunta na qual avaliam que o aumento da carga tributária impede o crescimento do Brasil e defendem que o governo adote uma "agenda estrutural" de reequilíbrio das contas públicas como forma de superar a crise.

"Ao elevar a pressão fiscal sobre os contribuintes - com a recriação da CPMF -, o governo está transferindo para a sociedade e o setor produtivo o custo do ajuste fiscal. O Brasil possui carga tributária das mais elevadas para países com a sua renda, que passa de 35% do Produto Interno Bruto (PIB).

O aumento dos tributos neste momento repete a fórmula anticompitividade e impeditiva do crescimento", afirmam na nota. "A CPMF é um tributo de má qualidade por ser pouco transparente e incidir de forma cumulativa na cadeia produtiva", acrescentam.

De acordo com as cinco entidades, a ausência de um programa fiscal estrutural, que enfrente as regras automáticas de expansão dos gastos, abre caminho para a fácil alternativa de se criar novos tributos.

"O corte de gastos apresentado pelo governo, além de insuficiente, é bem menor que as contribuições das receitas", destacam, referindo-se ao pacote de medidas adicionais ao Projeto do Orçamento de 2016 apresentado pelos ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e do Planejamento, Nelson Barbosa, no início da semana.

Para as entidades, novas contribuições estão sendo transferidas para a sociedade sem que se vislumbre um caminho de saída da atual crise. "O Brasil precisa enfrentar a agenda de superação da crise com agenda estrutural que demonstre a intenção real do governo em equilibrar as contas públicas. O caminho não passa pela elevação da carga tributária", reforçam.

No início da semana, o governo anunciou nove medidas que, segundo suas estimativas, resultarão em um esforço fiscal de R\$ 64,9 bilhões. Dentre elas, corte de R\$ 26 bilhões em despesas, aumento de impostos já existentes e a volta da CPMF, para pagar aposentadorias. O objetivo das ações é cobrir o déficit de R\$ 30,5 bilhões no Orçamento do próximo ano e alcançar superávit de 0,7% do PIB (R\$ 34,4 bilhões).

Crise do setor automobilístico no Brasil repercute em Frankfurt

17/09/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



Em contraste ao bom momento que vive o setor automotivo na Alemanha, a queda acentuada na produção de veículos no Brasil repercute em Frankfurt.

"O mercado brasileiro voltará a cair este ano e poderá ficar estável em 2016, mas sem recuperar o tamanho que já teve há dois anos", disse à Folha o franco-brasileiro Carlos Ghosn, presidente da Aliança Renault-Nissan.

O português Carlos Tavares, principal executivo da PSA, holding francesa que reúne as marcas Peugeot e Citroën, não espera tempos fáceis nos próximos meses. "Sobram preocupações nas nossas operações brasileiras", diz ele. "É um momento em que temos de fazer o necessário para não ter prejuízos, acreditando no potencial de retomada do país".

A opinião do sul-africano David Powels, presidente da Volkswagen do Brasil, não é muito diferente. Segundo ele, as linhas de montagem brasileiras estão com cerca de 50% de capacidade ociosa. "Não acreditamos que esta situação melhore muito dentro dos próximos 18 meses", diz.

A montadora alemã negocia com o sindicato do ABC a adesão ao PPE (Programa de proteção ao Emprego). Os trabalhadores farão uma assembleia nesta quinta-feira (17).

Para contornar o momento ruim, a VW busca estabelecer acordos de exportação. O compacto Up!, produzido pela marca no Brasil, irá para o México, a Colômbia, o Uruguai e o Chile, entre outros mercados.

Para as vendas internas, a fabricante prepara a futura importação da nova geração do utilitário Tiguan, que será produzido no México e terá opção de sete lugares.

PREMIUM

Mais otimista, o alemão Jörg Hofmann, diretor-presidente da Audi no Brasil, acaba de comemorar, em agosto, o melhor desempenho de vendas da marca no Brasil, com 1.942 carros vendidos.

Há poucas semanas do lançamento do A3 Sedã, Hofmann afirma que carros do segmento premium continuarão a sofrer menos o efeito da economia conturbada. "O mercado brasileiro é difícil, mas temos bons produtos para vencer a crise".

Em crise, indústria prevê fechamento de mais de 610 mil vagas neste ano

17/09/2015 – Fonte: CIMM



Em meio a uma crise classificada como uma das piores da história, seis grandes setores da indústria nacional preveem que mais de 610 mil vagas de emprego serão fechadas neste ano.

O número é puxado pelos trabalhadores da construção civil, segmento que deve eliminar 500 mil postos de trabalho. No ano passado, esses seis setores - construção, máquinas, siderurgia, automóveis, química e eletroeletrônicos - demitiram 200 mil pessoas.

O setor de máquinas, que depende fundamentalmente das obras da construção civil, já acusou o golpe. Mais de 25 mil vagas foram fechadas no 1º semestre e outros 25 mil cortes estão a caminho até dezembro, carimbando 2015 como o pior ano na história para as empresas do segmento.

Sem obras ou máquinas, não há o que fazer na siderurgia, que já adiou US\$ 2,1 bilhões em investimentos neste ano e desativou 20 unidades produtivas País afora.

O resultado foi a demissão de 11,2 mil funcionários, 10% de toda a força de trabalho do setor. Outros 4 mil postos de emprego devem ser fechados até o fim do ano.

Com a paralisação da indústria e as demissões em massa, cresce a pressão sobre as vendas minguadas das montadoras, que já cortaram mais de 11 mil empregos até agosto e, para evitar novos cortes em massa, têm hoje 27 mil funcionários em férias coletivas ou em suspensão temporária do contrato, o chamado "lay off".

O consumidor, que tem adiado a troca do carro, também decidiu postergar a compra de bens mais acessíveis, como telefone celular e computador, que viram suas vendas caírem 17% e 20%, respectivamente, no 1º semestre deste ano em relação ao mesmo período de 2014.

A indústria de eletrônicos reagiu imediatamente. As demissões, que em 2014 atingiram 15 mil trabalhadores, reduzindo de 310 mil para 295 mil o número de empregados no setor, aceleraram o processo de deterioração neste ano.

A cada mês, 3 mil pessoas que trabalham para a indústria eletroeletrônica perdem o emprego. Em 2015, serão mais de 30 mil demitidos.

Problemas

"Começamos o ano com 3 milhões de empregados e fecharemos com 2,5 milhões. É realmente inacreditável o que estamos vivendo hoje, e o governo continua sem atacar os problemas reais, que são os gastos públicos", diz disse José Carlos Martins, presidente Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic).

Luiz Moan, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), diz que, em termos de número de trabalhadores, as montadoras recuaram para 2010, com 134 mil funcionários.

"Quanto à produção, retornamos ao nível de 2006. Hoje, nosso empenho está em buscar alternativas para evitar mais demissões."

Até mesmo setores menos expostos às oscilações do varejo, como a indústria química, têm sentido o peso da paralisação da economia.

O segmento conseguiu fechar 2014 com os mesmos 400 mil funcionários com os quais começou, mas neste ano as coisas se complicaram. Entre janeiro e julho, cerca de 6 mil pessoas já foram demitidas.

Os estragos na indústria e, conseqüentemente, no mercado de trabalho, estão refletidos nos números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho.

Nos últimos 12 meses, a crise na economia já acabou com mais de 850 mil vagas no País, o pior desempenho da série desde a sua criação, em 1996. As previsões mais atuais indicam que o número poderá superar 1 milhão de cortes neste ano.

Ciriex Abus leva tecnologia alemã à Mercopar 2015

17/09/2015 – Fonte: CIMM

A Ciriex Abus apresenta a solução ideal em pontes rolantes modulares, agora no Brasil: o novo Sistema HB da Abus. A novidade será apresentada ao Rio Grande do Sul durante a Mercopar, que acontece de 6 a 9 de outubro, das 14h às 21h, nos pavilhões da Festa da Uva, em Caxias do Sul (RS). As novas vigas serão apresentadas no estande K 234.

As vigas (HB190S, HB150S, HB150A e HB110S) se adequam com perfeição a ambientes úmidos, levemente agressivos e com exigência de área limpa.

Os troles estão equipados com rodas de plásticos de fácil movimentação, com pouca incidência de desgaste. Os novos suspensores, revestidos de borracha, são isentos de desgaste e possibilitam amortecer as vibrações e reduzir o movimento pendular da instalação.

Sobre a Ciriex Abus

A empresa foi fundada em 1992, com o objetivo suprir a carência do mercado por produtos de qualidade internacional para a elevação e transporte interno de cargas. Parceira há mais de 20 anos da Abus Kransysteme GmbH – uma das empresas líderes de vendas na Alemanha em sua linha de produtos e a primeira a obter a certificação DIN/ISO 9001 na sua área de atuação – a Ciriex Abus oferece ao mercado brasileiro produtos tecnicamente up-to-date a nível mundial.

Contamos, hoje, com uma moderna linha de produção, com equipamentos e instalações adequadas e liberadas pelos órgãos de proteção ambiental, profissionais e processos certificados, além de um serviço de pós-venda voltado à total satisfação do cliente.

Nosso objetivo não se restringe a vender equipamentos, mas em oferecer e vender soluções aos nossos clientes, dentro do alto padrão de qualidade que caracteriza os serviços e produtos Ciriex Abus.

Skaf diz que fará tudo para impedir a aprovação da nova CPMF

17/09/2015 – Fonte: CIMM

O presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, disse nesta quarta-feira (16) que vai fazer tudo nos próximos dias para impedir a aprovação da nova Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) ou de qualquer aumento de tributos.

"O que o governo tenta é aumentar impostos para que a sociedade pague o pato mais uma vez e a sociedade não está a fim de pagar o pato", disse Skaf, depois de se reunir com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Partidos de oposição, como DEM, PSDB e Solidariedade, e da base aliada (PP) lançaram hoje (16) manifesto contra a elevação da carga tributária no país.

Enquanto a oposição lançava o manifesto, Skaf reuniu-se com os presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) e da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para também pedir que a proposta seja barrada. Segundo ele, o setor privado vai se unir em uma "forte frente" contra a recriação da contribuição "enterrada" há oito anos.

"O que o governo precisa agora é gerir melhor os recursos que já tem, reduzir seus gastos, seus desperdícios. Aí, sim, vamos fazer ajuste fiscal através de redução de despesas e não criando mais impostos porque senão vira uma miragem", disse Skaf.

"Aumentando impostos, juros e reduzindo crédito, acaba-se com a economia, acabando com a economia cai arrecadação e abre um novo buraco e não termina nunca. Se conseguirem aprovar um novo imposto antes do fim do ano vão querer criar outro porque o buraco vai continuar", prosseguiu o presidente da Fiesp.

Máquina pública

Na avaliação de Skaf, o governo resiste em fazer o que precisa ser feito, que é reduzir gastos e desperdícios e melhorar a gestão da máquina pública. "Por que o governo é tão corajoso para encaminhar mudanças constitucionais e mudanças de lei para aumentar impostos e é covarde para encaminhar mudanças de lei para reduzir as suas despesas? Então cabe ao governo encontrar esses recursos reduzindo as suas despesas", disse.

O presidente da Fiesp disse ainda não acreditar em aumento de impostos temporariamente e criticou as várias possibilidades levantadas por integrantes do governo para reforçar o caixa, que resultam em aumento da carga tributária.

Renan Calheiros

O presidente do Senado, Renan Calheiros, não comentou a visita de Skaf. Mais cedo, indagado sobre a tendência existente no Congresso Nacional a respeito da aprovação da CPMF, Renan admitiu mais uma vez que a decisão dos parlamentares será difícil.

"Sinceramente não temos uma temperatura exata. Há uma resistência histórica do Congresso Nacional em elevar a carga tributária e a criar impostos, as pessoas preferem que se façam cortes profundos", disse.

Segundo Renan, o Congresso Nacional tem a obrigação de apreciar as propostas que surgem. "A elevação de carga tributária terá que ser consequência do corte, do ajuste, mas não temos do ponto de vista do Congresso, como predizer o que vai acontecer, se a situação melhorou ou agravou. Lembrando que nunca é fácil. Aumentar imposto é sempre uma tarefa muito difícil", disse Renan.

Brasil e Rússia pretendem alcançar intercâmbio comercial de US\$10 bilhões

17/09/2015 – Fonte: CIMM



O vice-presidente Michel Temer afirmou nesta terça-feira (15) que o intercâmbio comercial entre Brasil e Rússia deve alcançar, em breve, o patamar de US\$ 10 bilhões anuais, apesar de os dois países estarem passando atualmente por “uma certa dificuldade de natureza econômica”.

O acordo que prevê o aumento das trocas comerciais foi assinado pelos presidentes Vladimir Putin e Dilma Rousseff, em Brasília, em julho do ano passado.

“Queremos incrementar cada vez mais o comércio, ampliando o mercado de carne e de outros produtos brasileiros”, disse Temer no encerramento do Fórum Empresarial Brasil-Rússia, em Moscou, onde está em viagem oficial.

Vice primeiro-ministro da Rússia, Arkady Dvorkovich afirmou que seu país também quer ampliar a cooperação e o comércio nas áreas em que os russos têm maior competitividade, entre elas as de petróleo, gás e energia nuclear. “Mas temos o que aprender com o Brasil nas tecnologias agrícolas”, ressaltou.

Mais cedo, Temer reuniu-se com a presidente do Conselho da Federação da Rússia (Câmara Alta do Parlamento russo), Valentina Matvienko. Ela destacou que a corrente de comércio entre Brasil e Rússia, em torno de US\$ 6,6 bilhões anuais, não corresponde ao potencial existente.

“Em 2015, houve uma desaceleração no comércio, mas estamos nos esforçando para voltar a aumentar as trocas comerciais. O Brasil é o maior fornecedor de alimentos e produtos agrícolas para o mercado russo. Queremos diversificar a pauta exportadora com produtos de maior valor agregado nas áreas de energia, biotecnologia e cooperação técnico-militar”, acrescentou Valentina.

Ela também fez um apelo para que o Congresso brasileiro acelere a ratificação de tratados assinados entre os dois países, como o acordo assinado em 2004 para evitar a bitributação. “Essa convenção é importante para a área de negócios e investimentos.”

Valentina Matvienko informou que o país tem interesse em aderir ao Programa Ciência sem Fronteiras e está preparado para receber até mil estudantes brasileiros por ano em universidades em Moscou e São Petersburgo.

Amanhã (16), Temer encerra a visita oficial à Rússia presidindo a 7ª Reunião da Comissão de Alto Nível Brasil-Rússia, ao lado do primeiro-ministro Dmitri Medvedev. O encontro termina com assinatura de ato, seguida de declaração à imprensa.

Criada em 1997, a comissão é a mais alta instância de negociação entre os dois países. Nessa reunião, deverão ser tratados temas de cooperação econômico-comercial, energia, defesa, agropecuária, ciência e tecnologia e espacial.

Em seguida, Temer embarca para Varsóvia, na Polônia, onde se reunirá na quinta-feira (17), último dia da viagem, com o presidente polonês, Andrzej Duda, e com a primeira-ministra, Ewa Kopacz. O vice-presidente do Brasil também participará do Foro Empresarial Brasil-Polônia.

Plano decenal de energia prevê investimentos de R\$ 1,4 tri em 10 anos

17/09/2015 – Fonte: CIMM

O Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2024), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), está disponível para consulta pública até o dia 7 de outubro.

O documento, que reúne as projeções para o setor elétrico do país pelos próximos dez anos, prevê expansão de 55% na capacidade instalada de geração de energia no Brasil até 2024.

O volume de investimentos previstos para essa expansão chega a R\$ 1,4 trilhão nos próximos dez anos, dos quais 70% virão do setor de petróleo e gás, 27% do setor elétrico e cerca de 3% do setor de biocombustíveis. O plano ficará disponível para consulta pública no site do Ministério de Minas e Energia.

A maior parte da expansão deverá vir de projetos de energia renovável. Dos 73 mil megawatts (MW) em novos empreendimentos, 62,1 mil MW serão de energias renováveis, sendo 27,2 mil MW de hidrelétricas, 18,9 mil MW de energia eólica e 16,4 mil de outras fontes, como pequenas hidrelétricas, biomassa e solar.

Entre os principais empreendimentos que deverão entrar em operação nos próximos anos está a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

As fontes não renováveis responderão por apenas 11,4 mil MW. Com isso, a participação dessas fontes na matriz energética brasileira cairá de 16,3% para 16%.

O plano também estima que a produção de petróleo nacional dobre dos 2,5 milhões de barris por dia para cerca de 5 milhões até 2024, principalmente por causa da camada pré-sal.

A demanda interna deverá chegar a 3 milhões de barris, o que permitirá um excedente para exportação de 2 milhões de barris por dia.

A produção de etanol deverá crescer 52%, passando de 29 bilhões de litros para 44 bilhões de litros por ano. Já a produção de gás natural aumentará de 56 milhões de metros cúbicos por dia para 99 milhões.

Após acordo com sindicato, Volks deve aderir ao PPE em São Bernardo do Campo

17/09/2015 – Fonte: EM.com

A Volkswagen deverá ser a terceira grande montadora no Brasil a aderir ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE), lançado pelo governo federal em julho e que prevê redução de até 30% da jornada de trabalho com corte proporcional de salário.

Após quase 15 dias de negociações, empresa e Sindicato dos Metalúrgicos do ABC chegaram a um entendimento para adesão ao plano na fábrica de São Bernardo do Campo (SP). A proposta será votada pelos trabalhadores durante assembleia na tarde desta quinta-feira, 17.

"Conseguimos chegar a uma proposta que acreditamos ser positiva para os trabalhadores e que dará conta de fazer o enfrentamento desse cenário de crise", avaliou o secretário-geral do sindicato, Wagner Santana, em nota.

A expectativa do sindicato é de que os trabalhadores aceitem a proposta. Sindicato e montadora preferiram não adiantar detalhes antes da assembleia desta quinta-feira.

Assim como a Volks deve fazer, já aderiram ao PPE a Mercedes-Benz, em São Bernardo do Campo, e a fabricante de máquinas agrícolas Caterpillar, em Piracicaba (SP). Na Mercedes, o acordo entre sindicato e empresa prevê a redução de 20% da jornada de trabalho durante nove meses, com redução de 10% dos salários para os cerca de 10 mil trabalhadores da fábrica.

Outros 10% dos salários serão financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), como prevê a legislação do PPE. Fabricante de caminhões e ônibus da Volks no Brasil, a MAN Latin América também está estudando aderir ao PPE em Resende (RJ). Segundo o presidente da montadora, Roberto Cortes, a alternativa já foi apresentada ao sindicato da região, mas ainda não foi debatida.

A ideia é aderir ao plano a partir de janeiro, quando acaba o acordo entre a empresa e os funcionários firmado em dezembro de 2014, antes do lançamento do PPE, que prevê redução de 10% da carga horária e igual porcentual dos salários durante todo o ano de 2015.

MAN estuda aderir ao PPE na fábrica de Resende

17/09/2015 – Fonte: EM.com

A MAN Latin América, fabricante de caminhões e ônibus da Volkswagen no Brasil, estuda aderir, a partir de janeiro de 2016, na fábrica de Resende (RJ), ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE) do governo federal, que prevê redução de até 30% da carga horária de trabalho, com redução proporcional dos salários.

Segundo o presidente CEO da montadora, Roberto Cortes, a alternativa será necessária, pois a "travessia" do período de crise da indústria automotiva brasileira será mais longa do que o projetado inicialmente.

Desde 1º de janeiro deste ano, operários da produção da MAN em Resende já estão trabalhando com 10% da carga horária reduzida e igual porcentual de redução salarial. A medida foi acertada em acordo firmado entre a montadora e o sindicato da região em dezembro de 2014 e deve valer até 31 de dezembro deste ano.

Segundo Cortes, a ideia é aderir ao PPE oficial do governo somente após esse período, ou seja a partir de 1º de janeiro de 2016.

O executivo explicou que a alternativa já foi apresentada ao sindicato dos metalúrgicos do sul fluminense, mas ainda não foi debatida com profundidade. "Estivemos reunidos na semana passada com o sindicato e a comissão de fábrica e mostramos que devemos ampliar a ponte para a travessia desse período de crise", afirmou em entrevista à imprensa após evento de lançamento do leasing operacional para caminhões da marca.

Atualmente, a Volkswagen também está negociando com o sindicato dos metalúrgicos do ABC a adesão ao PPE na fábrica de São Bernardo do Campo (SP). Entre as grandes montadoras do setor, até agora somente a Mercedes-Benz e a Caterpillar (fabricantes de máquinas agrícolas) já fecharam acordos para adesão ao PPE em suas fábricas em São Bernardo e Piracicaba (SP), respectivamente.

Para enfrentar crise, MAN oferecerá leasing operacional para caminhões

17/09/2015 – Fonte: EM.com

Em uma estratégia para enfrentar a crise da indústria automotiva brasileira, a MAN Latin America, fabricante de caminhões e ônibus da Volkswagen no Brasil, anunciou nesta quarta-feira, 16, que passará a oferecer a opção de leasing operacional.

A modalidade de negócio estará disponível em todos os concessionários autorizados da marca no País a partir de 1º outubro, inicialmente como um programa piloto limitado a 400 caminhões da linha TGX de toda a rede.

Na fase experimental, apenas empresas poderão contratar o programa. Com a iniciativa, a MAN se torna a primeira montadora do País a oferecer o leasing operacional.

Bastante utilizado em mercados desenvolvidos, como Europa e Estados Unidos, o leasing operacional é uma espécie de arrendamento mercantil, por meio do qual o banco adquire um bem e o disponibiliza ao cliente por um determinado período de tempo. A gestão do veículo é de responsabilidade total do banco e da montadora.

Para isso, o cliente paga uma prestação mensal fixa e, ao final do contrato, poderá comprar o bem ou devolvê-lo ao banco, podendo fazer um novo contrato de leasing. No caso da MAN, o leasing operacional será oferecido em parceria com o Banco Volkswagen.

Pelo programa, o cliente pagará parcelas mensais fixas até o fim do contrato, sem exigência de entrada.

Segundo a montadora, o contrato poderá ser de 36, 48 ou 60 meses. Nesse período, o cliente não poderá mudar de contrato, embora possa antecipar parcelas.

No pagamento mensal, estão inclusas a manutenção corretiva e preventiva do veículo, telemetria (que inclui rastreamento e controle de frota) e os custos com documentação, como emplacamento e IPVA.

"O cliente só terá que se preocupar com pneu e seguro", explicou o vice-presidente de vendas e marketing da MAN, Ricardo Alouche. Multas de trânsito e custos de acidentes também são pagos pelo motorista.

Alouche afirmou que a estimativa da montadora é atingir as 400 unidades do programa piloto em seis a oito meses.

"Se não chegar, vamos vender os modelos da linha TGX de outra forma", disse. Caso haja boa aceitação no mercado, o interesse da empresa é dar continuidade e expandir a modalidade de pagamento para modelos de outras linhas de caminhões, melhorando as condições iniciais".

"Entendemos que isso é uma questão cultural acima de qualquer questão financeira. O cliente vai alugar um caminhão, então isso passa por um processo de convencimento", ponderou o executivo.

Vantagens

O presidente CEO da MAN, Roberto Cortes, destacou que o leasing operacional é mais vantajoso ao cliente inicialmente por ser uma alternativa às regras e restrições do Finame, linha de financiamento do BNDES, que exige entrada financiada.

Além disso, ressaltou, não há para o cliente risco de revenda, que fica para o lado da montadora e do banco.

Outra vantagem, acrescentou, são as parcelas fixas que podem ser deduzidas do Imposto de Renda como despesa normal e, no caso de empresas, também poderão ser deduzidas da base do PIS/Cofins.

Além disso, a mensalidade é mais baixa do que no caso do financiamento. Segundo a MAN, em um contrato de financiamento de um modelo TGX em 50 meses, por exemplo, a parcela é de R\$ 9 mil, enquanto no leasing, a parcela do "aluguel" será de R\$ 8,3 mil.

"Essa é uma modalidade muito aplicada em mercados desenvolvidos, como o europeu e o americano. Por acreditar que estamos no mesmo caminho, estamos lançando aqui no Brasil", justificou Cortes.

Segundo ele, a nova modalidade foi apresentada na terça-feira aos 160 concessionários da marca no País, e a "receptividade foi excelente". Até o momento, nenhum contrato de leasing está encaminhado.

Setor de veículos segue numa trajetória descendente, avalia IBGE

17/09/2015 – Fonte: EM.com

A alta de 5,1% nas vendas de veículos em julho ante junho, a maior desde novembro de 2014 neste confronto, não sinaliza ainda uma recuperação do setor, afirmou nesta quarta-feira, 16, Isabella Nunes, gerente da Coordenação de Serviços e Comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"Seria precipitado dizer que a venda de veículos cresceu. É apenas uma compensação. O setor segue numa trajetória descendente", disse.

A prova disso é que, na comparação com julho de 2014, o setor continuou registrando perdas. As vendas encolheram 13,3% no confronto anual, apontou o IBGE. Dependente de crédito e da confiança dos consumidores, o setor não encontra conjuntura favorável, afirmou Isabella.

A antecipação de compras em períodos anteriores, devido a incentivos como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), também provoca a queda agora, segundo a gerente.

Indústria do Brasil sofre com elevados juros e tributos, diz presidente da Abimaq

17/09/2015 – Fonte: EM.com

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Carlos Pastoriza, abriu nesta quarta-feira, 16, o 1º Congresso Brasileiro da Indústria de Máquinas e Equipamentos, dizendo que apesar do atual estado crescente de agravamento da economia, o Brasil faz parte de um pequeno e seleto grupo de países, de menos de duas dúzias, que têm uma indústria de transformação e de 12 nações que tem uma indústria de bens de capital como a brasileira.

"O Brasil produz e exporta bens de capital. No ano passado exportamos mais de 30% de nossa produção no valor de US\$ 11 bilhões. Anfavea exportou metade do que nós exportamos e emprega muito menos que nós", comparou Pastoriza.

No entanto, lamenta o executivo, essa mesma indústria, que coloca o Brasil em um grupo

seleto no mundo, sofre com uma elevada e "pornográfica" taxa de juros de mercado, um sistema tributário pró importador. "É mais barato importar um bens de capital do que produzir aqui no Brasil", disse o presidente da Abimaq.

Essas coisas, pioradas, pelo atual cenário econômico, avaliou o executivo, levou ao processo de desindustrialização gigantesco nos últimos anos. "Mas esse processo foi mascarado porque o País estava crescendo enquanto nós estávamos demitindo. O processo foi mascarado pelo boom das commodities", afirmou Pastoriza.

Ele salientou ainda que houve um segundo mascaramento da desindustrialização porque o processo não se deu da forma clássica em que se notícia o fechamento de portas de fábricas.

"A maior parte da nossa desindustrialização foi feita de forma silenciosa, com as empresas deixando de ser produtoras para se tornarem montadoras, lamentou o presidente da Abimaq.

Na conversão da indústria de produtora em montadora, disse Pastoriza, as empresas até podem ganhar mais dinheiro, mas empregos de alta qualificação são jogados na lata d lixo e cadeias por trás do setor desaparecem.

"Só agora, de três anos para cá, com a queda dos preços das commodities, é que água abaixou e se de conta de que um terço do parque industrial do Brasil desapareceu. "Isso significa que o País não está investindo", comentou Pastoriza, acrescentando que o Brasil tem potencial para crescer 5% ao ano de forma sustentável desde que vote a investir e recuperar a sua indústria.

Circular Secex: dumping da china na exportação de tubos de aço carbono sem costura

17/09/2015 – Fonte: Valor Econômico

Circular nº 58 de 11 de setembro de 2015 da Secretaria de Comércio Exterior do MIDIC, considera procedente o pedido da Vallurec Tubos do Brasil sobre a prática de dumping nas exportações da China para o Brasil de "tubos de aço carbono não ligado, sem costura, de seção circular, com diâmetro externo não superior a 374mm", com dano à indústria doméstica.

Pela circular então dar-se-á início a investigações de dumping nas exportações da China, contudo retira do alvo de investigações: quaisquer componentes, partes e/ou peças e acessórios fabricados com a utilização de tubos de aço carbono não ligado, tais como: engrenagens, buchas, eixos, roletes, espaçadores, cilindros hidráulicos e pneumáticos, anéis, porcas, amortecedores, rolos em geral, lanças de oxigênio, rolamentos, luvas, rótulas, flanges, válvulas, conexões, corpo de bombas, turbinas, peças sextavadas, dentre outros... O processo de investigação deverá levar pelo menos 05 meses.

Para analistas, chance de reajuste de preços é baixa

17/09/2015 – Fonte: Valor Econômico

O otimismo demonstrado pelos investidores nas últimas semanas quanto à chance de um reajuste de preços do aço, tanto para os planos como para longos pode ter sido exagerado, na opinião do Santander. O banco disse ontem que a demanda encontra-se fraca demais para que um aumento vingue com os clientes das siderúrgicas e classificou a alta das ações como "exagerada".

Nas contas de Felipe Reis e Renato Maruichi, analistas responsáveis pelo relatório, atualmente os produtos importados encontram-se cerca de 4% mais caros do que os domésticos no segmento de longos e 1% no caso de planos. Eles lembram que, normalmente, o aço brasileiro é vendido com prêmio de 5% a 15% sobre o do exterior. O modelo considerou US\$ 363 e US\$ 287 por tonelada, respectivamente, para o produto internacional, e o dólar valendo R\$ 3,85.

Um dos principais argumentos para barrar tentativas de reajuste, diz o texto, seria a piora na indústria automotiva. "[O setor] é o principal cliente dos produtores de aços planos e os contratos anuais são renegociados em novembro e dezembro", lembram os analistas. "Não acreditamos que um aumento de preços para esse importante segmento possa ser integralmente implementado", afirmam.

Ontem, as ações da Cia. Siderúrgica Nacional (CSN) ficaram estáveis, fechando a R\$ 4,92, mas as preferenciais da Gerdau subiram 1,26%, para R\$ 6,38. Os papéis preferenciais de classe A da Usiminas recuaram 0,7%, terminando em R\$ 4,25. No ano a queda acumulada ainda é de 4,2%, 32,42% e 16,17%, respectivamente. Mas, em 30 dias, foi registrada alta de 43,9%, 14% e 21,33%.

O Santander classifica a valorização recente como injustificada. Para os analistas, mesmo que os aumentos de preço sejam repassados, as ações especialmente de CSN e Usiminas já conteriam em seu preço essa chance - o que limitaria novas rodadas de valorização. Gerdau seria o único papel ainda "barato" nesse sentido.

Considerando o cenário mais otimista, o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) da Usiminas ficaria 58% maior do que o esperado para o ano que vem, em R\$ 1,37 bilhão, o da CSN subiria 33%, para R\$ 3,94 bilhões, e o da Gerdau aumentaria em 34%, para R\$ 6,61 bilhões, estimam eles.

Segundo fonte, fabricantes de aço longo como Gerdau já notificaram seus clientes sobre um reajuste de 15% nos preços para as próximas entregas, a partir de outubro, mas alta pode ser aplicada em duas parcelas. No caso de aço plano, o reajuste tentado seria de 7%, aproximadamente.

Também ontem, o Citi enviou relatório a clientes comentando as mudanças no Reintegra anunciadas pelo governo federal. A redução do benefício fiscal a exportadoras, segundo o banco, tem mais chances de prejudicar a Usiminas do que suas concorrentes na bolsa. No segundo trimestre, 24% de sua receita veio de vendas ao exterior.

Os analistas Alexander Hacking e Thiago Ojea, responsáveis pelo texto, calculam que o impacto seria pequeno. Dos cerca de R\$ 1 bilhão em lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) esperados para a companhia em 2016, de 2% a 3% se perderia - em torno de R\$ 20 milhões.

O alívio fiscal, hoje de 1%, deve ser reduzido a 0,1% em 2016, voltando ao nível atual em 2017. Em 2018, subiria novamente, para 2%, até terminar 2019 em 3%. Esse último índice é o mesmo que originalmente o governo federal garantia de corte tributário à exportação.

"O efeito vai ser relativamente baixo, em nossa visão, e não prevemos nenhuma reação negativa muito significativa [em siderúrgicas]", afirma o relatório. Os fatores mais relevantes para acompanhar o investimento no setor, acrescenta, são o enfraquecimento da demanda pelo aço no Brasil, o câmbio e os preços internacionais.

Eles lembram ainda que, para CSN e Gerdau, as receitas advindas da exportação atendem por uma proporção menor do total, 14% e 6%, respectivamente. A Gerdau, por exemplo, tem a vantagem de já possuir boa parte das usinas no exterior. É menos dependente.

Goldman Sachs destaca resiliência da Gerdau

17/09/2015 – Fonte: Revista Amanhã

O combalido setor siderúrgico viu suas ações dispararem mais de 50% nos últimos 12 pregões, em meio à expectativa de alta dos preços do aço no mercado interno. Um movimento que gerou dúvidas nos investidores dado à deterioração do cenário doméstico e perspectivas negativas em relação à demanda por aço no Brasil.

Vale lembrar que antes dessa disparada, os papéis da Usiminas, CSN e Gerdau acumulavam no ano quedas de 46,5%, 46,3% e 51%, respectivamente. Diante disso, ficou a dúvida: será que esse "respiro" indicou uma oportunidade de entrada nas ações? O mercado teria mudado de opinião sobre esses papéis?

Para o Goldman Sachs, a volatilidade recente gerou oportunidades e seria essa a hora de separar o joio do trigo. Isto é, olhar para quem conseguiria se descolar dos efeitos do enfraquecimento da economia interna, enquanto seria beneficiada pela possível elevação dos preços.

Das empresas listadas na Bolsa seria a Gerdau, que tem forte exposição ao mercado americano, enquanto Usiminas e CSN ainda seriam dependentes da demanda interna, cuja perspectiva ainda segue bem negativa.

Com essa visão, os analistas Humberto Meireles e Thiago Auzier, do banco, revisaram, em relatório, suas recomendações para o setor, indicando compra para Gerdau e venda para Usiminas e CSN.

Eles mantiveram o preço-alvo das ações da Gerdau em R\$ 8,30, enquanto cortaram Usiminas e CSN para R\$ 2,90 e R\$ 2,10, respectivamente, ante R\$ 3,30 e R\$ 2,40.

Segundo eles, a perspectiva segue negativa em relação à demanda no Brasil, assim como para os preços do aço e minério de ferro. Como resultado, a única que se "salvaria" seria a Gerdau, que tem acesso ao crescimento da economia norte-americana, e rentabilidade resiliente (lembrando que ela trabalha com aços longos, enquanto as demais com aços planos).

Para eles, essa disparada recente de CSN e Usiminas não se justificam, baseado nos fundamentos das companhias. Enquanto isso, eles veem mais potencial de valorização para as ações da Gerdau, a maior empresa do Sul segundo o ranking GRANDES&LÍDERES – 500 MAIORES DO SUL, publicado por AMANHÃ em parceria com a consultoria PwC.

Os analistas preveem um resultado forte da Gerdau no terceiro trimestre, com crescimento de 12% no Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), para R\$ 1,3 bilhão, impulsionada principalmente por melhora na sua divisão dos Estados Unidos, em meio à positiva perspectiva de alavancagem dado a desvalorização do real e volumes mais elevados.

Já para Usiminas, o banco espera queda de 55% na comparação trimestral do Ebitda no período, para R\$ 101 milhões. No caso da CSN, a projeção é que o Ebitda siga estável, a R\$ 815 milhões.

Além disso, enquanto a alavancagem não aparece como um problema para a Gerdau, eles apontam perspectiva de alavancagem crítica para Usiminas e CSN, dado suas exposições ao mercado fraco de aço no Brasil e perspectiva fraca para o preço do minério de ferro (principalmente no caso da CSN).

Eles preveem um fluxo de caixa negativo em 2015 e 2016 para ambas e aumento do indicador de alavancagem para 12,5 vezes e 10,2 vezes, respectivamente, no primeiro trimestre do próximo ano.

Minério de ferro recua na China acompanhando queda nos mercados de ações

17/09/2015 – Fonte: Reuters

Os preços do minério de ferro na China recuaram nesta terça-feira acompanhando um recuo nos preços do aço, com investidores vendendo ativos de risco devido à persistente preocupação com a desaceleração da economia do país.

O mercado de ações da China puxou a queda, com importantes índices caindo cerca de 4 por cento. [.SS] O minério com entrega imediata no porto de Tianjin caiu 1,9 por cento, para 56,4 dólares por tonelada, segundo o Steel Index (TSI).

O contrato futuro do minério de ferro na bolsa de Dalian, com entrega em janeiro, fechou com queda de 3,2 por cento a 392,50 iuanes (62 dólares) por tonelada. O contrato mais ativo do vergalhão de aço na bolsa de Xangai caiu 1,3 por cento.

"A demanda por aço não é grande, mas as usinas continuam produzindo e enquanto você continua produzindo, você mantém a pressão nos preços do aço", disse um operador de minério de ferro em Xangai. O consumo de aço na China, principal consumidor global, continua a cair após registrar em 2014 sua primeira queda anual em mais de três décadas.

Usiminas vai aumentar preço do aço em até 7%

17/09/2015 – Fonte: Valor Econômico

A Usiminas vai aplicar reajuste de 5% a 7% nos preços do aço fabricado pela companhia, segundo informações firmes passadas ao Valor. Segundo fontes do setor, os clientes da siderúrgica já estão recebendo comunicados informando nova tabela, que vai vigorar a partir de 1º de outubro.

Os aumentos vão abranger toda a linha de produtos - de laminados quente e frio, até aços galvanizados e chapas grossas -, usados na indústria, autopeças, tubos, linha branca e distribuição.

Estima-se que atingirá 60% da carteira da companhia. Vão ficar de fora montadoras de veículos e outros grandes clientes (contratos anuais).

A justificativa para reajustar é a alta do dólar, acima de R\$ 3,80, que torna o produto importado mais caro de 1% a 5% que o nacional. Além disso, o câmbio faz subir o custo da empresa, pois as duas principais matérias-primas - minério de ferro e carvão - são compradas em dólar.

A expectativa é que CSN e ArcelorMittal sigam o mesmo caminho de Usiminas, nos mesmos níveis. A Gerdau já aplicou alta de 7% a 8% este mês para laminado a quente.

Os reajustes da Usiminas são necessários, conforme fontes, para reforçar seu resultado financeiro. A expectativa é que a companhia terá um resultado bem fraco no terceiro trimestre. Procurada, a empresa informou que não comenta sua política comercial.

As ações PNA da empresa fecharam ontem com alta de 4,24%.

Flexa comemora criação do fundo de exportação e cobra mais avanços

17/09/2015 – Fonte: Senado Notícias

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comemorou nesta terça-feira (15) a aprovação do projeto (PLC 127/2015) que cria o Fundo de Exportação (FEX), atendendo demanda de governadores e senadores de estados exportadores de produtos primários, que se reuniram mais cedo com o presidente do Senado, Renan Calheiros.

O senador ressaltou que, em 2014, enquanto o saldo na balança comercial do seu estado foi US\$ 15 bilhões a compensação da Lei Kandir foi algo em torno de R\$ 220 milhões.

Ele afirmou que estados como o Pará, que é essencialmente minerador, são penalizados pelo governo federal, cuja compensação pelas perdas de receita chega a menos de 10%.

Flexa Ribeiro também defendeu a aprovação do projeto (PLS 1/2013) de sua autoria que cria o novo marco regulatório da mineração e a Compensação Financeira pela exploração de Recursos Minerais (Cefem).

– O Pará tem 35% da sua base econômica na exploração mineral, não fica nada para o estado. Nesse novo Código de Mineração nós esperamos que se faça a correção do valor da Cefem para que se possa mudar a base produtiva de um estado como o Pará – disse.

Expansão não saiu dos planos da mineradora

17/09/2015 – Fonte: Diário do Comércio

Sobre a possibilidade de a empresa fazer nova ampliação, operação que já havia sido ventilada na mídia, porém sem envolver um novo mineroduto, uma vez que a capacidade de transporte de polpa de minério com os três dutos é maior do que a produção, Vescovi frisou que o foco da Samarco está em consolidar a produção de 30 milhões de toneladas de pelotas por ano, mas não descartou a possibilidade.

"Uma empresa vive de foco, porque senão deixa passar oportunidades e deixa de fazer coisas que são importantes. Nosso foco nesse momento é consolidar a Samarco como uma empresa de 30 milhões de toneladas de pelotas. Hoje somos o segundo player mais importante no mercado de pelotas, atrás da Vale. Nosso foco agora é consolidar essa posição.

Temos uma capacidade ociosa de transporte de minério e obviamente isso sugere que tenhamos planos de expansão, mas não no curto prazo. O momento é de consolidar a empresa e o foco está nisso", disse.

O P4P demandou praticamente três anos de obra e consumiu R\$ 6,5 bilhões em investimentos. O projeto promoverá um salto de 37% na capacidade de produção de pelotas de minério da empresa, que passou de 22 milhões de toneladas anuais para 30 milhões de toneladas por ano.

"A Samarco acabou de passar por um processo de expansão muito importante. Estamos operando à capacidade plena, temos demanda plena e vamos entregar próximo disso

porque finalizamos ainda neste ano o processo de ramp up da nova planta", ressaltou o CEO.

Os investimentos no P4P foram aplicados na construção de um terceiro concentrador no complexo de Germano, em Mariana (região Central), onde a empresa extrai o minério, em uma quarta pelletizadora em Anchieta, no Espírito Santo, e ainda na construção de um mineroduto de 400 quilômetros ligando os dois ativos.

O terminal portuário de Ubu, que pertence à Samarco, também passou por melhorias que aumentaram sua capacidade.

Veículos freiam a queda, mas varejo mantém retração

17/09/2015 – Fonte: Valor Econômico

O volume de vendas do varejo ampliado, que inclui automóveis e materiais de construção, interrompeu uma longa sequência de sete quedas e cresceu 0,6% entre junho e julho, feitos os ajustes sazonais.

A alta foi uma surpresa positiva para os analistas, que estimavam recuo de 0,4% para o dado, segundo a estimativa média do Valor Data, mas não alterou perspectivas de que o desempenho do comércio e da atividade econômica em geral seguirão fracos nos próximos meses.

Divulgada ontem pelo IBGE, a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) mostrou que, excluindo veículos e material de construção, as vendas na média dos demais oito segmentos pesquisados caíram 1% na passagem de junho para julho.

Este foi o pior resultado desde o início da PMC, em 2000, e o sexto recuo mensal consecutivo. Generalizada, a retração atingiu desde bens essenciais, como as vendas de supermercados, até ramos de atividade que dependem mais da confiança do consumidor e do crédito (ver quadro abaixo).

De acordo com economistas, o avanço de 5,5% nas vendas de veículos - único setor do varejo que avançou na passagem mensal - foi pontual e, olhando para frente, a piora do mercado de trabalho e a recente deterioração adicional do ambiente econômico indicam que as vendas devem continuar em declínio. Por isso, a expectativa é que o consumo se mantenha em trajetória negativa no terceiro trimestre.

Para Flávio Serrano, economista-sênior do Haitong, o aumento nas vendas de veículos, motos, partes e peças pode ser explicado pela baixa base de comparação e, também, pela maior volatilidade da série no período recente, devido às mudanças constantes no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). "Como os dois últimos meses foram de forte contração, uma pequena alta em julho teve impacto importante, mas em agosto boa parte dela deve ser devolvida", diz Serrano.

Já nos demais segmentos do varejo, o economista avalia que a redução da renda e o avanço do desemprego são as maiores influências negativas - principalmente no varejo restrito, que começou a perder fôlego mais recentemente, após o desaquecimento do mercado de trabalho.

Como o ajuste pelo lado do emprego não terminou e não há recuperação da confiança, o varejo deve seguir em queda nos próximos meses, diz Serrano, ainda que em ritmo mais moderado.

Na comparação com julho de 2014, o IBGE calculou que a massa salarial encolheu 3,5%, movimento que se refletiu em setores como supermercados e tecidos, vestuário e calçados.

Além do menor poder de compra das famílias, a gerente da coordenação de serviços e comércio do órgão, Isabella Nunes, afirmou que o encarecimento do crédito teve impacto em segmentos como móveis e eletrodomésticos e veículos, que, apesar da alta em relação a junho, reduziu suas vendas em 13,3% no confronto com igual mês do ano passado.

Como sinal de que a reação mensal das vendas de veículos foi temporária, Rodrigo Baggi, da Tendências Consultoria, menciona que as vendas de automóveis e comerciais leves diminuíram 0,5% de julho para agosto, segundo dados da Fenabreve, que reúne as concessionárias do país, dessazonalizados por ele.

"Não há nenhum condicionante que permita uma reversão no curto prazo", diz Baggi, citando a confiança dos consumidores em baixa e o aperto no crédito.

Além dos fatores já conhecidos que vêm prejudicando o comércio, a crise política também deve afetar negativamente o consumo por meio do canal da confiança e das expectativas, afirma Baggi.

Por isso, a hipótese anterior da Tendências de que haveria um estancamento da queda das vendas no terceiro trimestre foi abandonada. Agora, o economista prevê que o desempenho do comércio no período pode ser tão ruim quanto o observado no segundo trimestre. De abril a junho, o varejo restrito recuou 2,2% sobre os primeiros três meses do ano, enquanto as vendas ampliadas diminuíram 3,5%.

Depois de divulgados os resultados de julho, a Confederação Nacional do Comércio (CNC) revisou para baixo sua estimativa para a variação das vendas em 2015. A previsão de recuo para o comércio restrito, que não inclui automóveis e material de construção, passou de queda de 2,4% no ano para retração de 2,9%. A estimativa para o varejo ampliado também foi revista para pior, de -6,5% para -6,7%.

Coutinho defende perspectiva de país voltar a crescer consistentemente

17/09/2015 – Fonte: Valor Econômico

Apesar do momento difícil da economia e dos ajustes fiscais pelos quais o país está passando, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, defende que existe uma perspectiva real de o Brasil voltar a crescer de forma consistente, até mesmo no próximo ano.

Segundo Coutinho, um estudo realizado pela equipe econômica do banco a seu pedido indicou que o Brasil precisaria crescer 4,5% ao ano, em média, por um período de três décadas, para chegar ao nível médio de renda das economias mais desenvolvidas do mundo, o que requereria investimentos da ordem de 22% a 23% do PIB, além de ganhos de produtividade e técnicas de manufatura mais avançadas.

Durante palestra em evento sobre desenvolvimento e política industrial, em São Paulo, Coutinho usou o exemplo das dificuldades enfrentadas pelo país no passado para ilustrar que tal crescimento é possível.

Para isso, explicou, é preciso "sobreviver" à crise atual. "Se conseguirmos virar a página do ajuste no curto prazo e pensarmos em base de longo prazo, podemos ter taxas altas de crescimento. Podemos começar a ter crescimento já no próximo ano, sim."

"As taxas de crescimento variam ciclicamente. Nos anos 1950, 1960 e até o fim dos anos 1970, por 30 anos, o Brasil cresceu uma taxa média de 7,5% ao ano. Nesse período houve momentos de maior crescimento e outros de maior dificuldade.

É possível imaginar um período longo em que a média de crescimento seja alta. É uma perspectiva de longo prazo que creio que corresponde ao potencial do Brasil. Temos uma economia onde há muito a ser feito e onde há muitas oportunidades. É possível ter uma taxa média de crescimento dessa ordem", disse.

O presidente do BNDES ressaltou que, nesse contexto, é imprescindível que a indústria tenha protagonismo na economia brasileira.

"Não podemos abandonar um projeto de futuro, onde sem dúvida nenhuma indústria precisa ter um lugar estratégico para a recuperação e sustentação do crescimento no nosso país", disse. "Temos clareza do papel estratégico que os setores de produção de capital representam para o processo de criação de consistência para o crescimento, e recuperação da substância da indústria brasileira. Temos que fazê-lo de forma competitiva, sem proteções artificiais, concorrendo a partir do ganho de produtividade", avaliou.

Segundo Coutinho, isso não significa minimizar o problema da economia brasileira hoje, mas apenas pensar em um prazo mais longo e no potencial de recuperação do país. "As dificuldades são reais, as recessões e conjunturas difíceis sempre atingem o setor de bens de capital de forma mais aguda, mas precisamos ultrapassá-lo com uma visão de médio e longo prazos.

Em pouco tempo podemos recuperar o crescimento e a indústria poderá recuperar um protagonismo perdido", disse.

GM pagará US\$ 900 mi para encerrar ação criminal

17/09/2015 – Fonte: Exame

A General Motors admitiu ter escondido do governo e do público um defeito letal na ignição de seus veículos, e fechou acordo e pagar 900 milhões de dólares para encerrar uma investigação criminal sobre o problema, ligado a 124 mortes.

O acordo anunciado nesta quinta-feira encerra uma investigação de dois anos que manchou a reputação da GM e mudou o relacionamento da montadora com sede em Detroit com o governo norte-americano, que a resgatou durante a crise financeira.

A GM também fechou um acordo parcial em um litígio privado com motoristas, passageiros e familiares sobre a ignição, e outro acordo sobre uma disputa entre acionistas.

A maior montadora dos EUA contabilizará 575 milhões de dólares de multa no terceiro trimestre referente aos acordos privados. Não estava imediatamente claro quando a empresa contabilizará os 900 milhões de dólares da multa criminal.

No caso, procuradores acusaram a GM de ocultar provas materiais de reguladores norte-americanos e de fraude em cadeia. A GM admitiu não ter revelado um defeito de segurança potencialmente letal nas ignições, o que fez alguns air bags não funcionarem. Também admitiu ter enganado consumidores sobre a segurança dos automóveis afetados pelo defeito.

Em meio à crise, procura por consórcios de imóveis cresce mais de 50% em 7 meses

17/09/2015 – Fonte: Agência Brasil

De janeiro a julho deste ano, foram vendidas 135,9 mil novas cotas do consórcio de imóveis, o que significa avanço de 50,3% sobre os negócios nessa modalidade em igual período do ano passado. Incluindo todos os bens vendidos por meio de consórcios, a procura aumentou 5,4%.

Além do aquecimento de consórcios na área de imóveis, houve alta de 17% nas adesões referentes a veículos leves (automóveis, caminhonetes e utilitários) com um total de 551,5 mil cotas comercializadas. Já no segmento de veículos pesados (caminhões, ônibus, tratores, implementos agrícolas e rodoviários), as vendas subiram 11% com a entrada de 25,5 mil novos participantes.

Os dados são da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac). Segundo a entidade, em todo o sistema de consórcios, as adesões nos sete primeiros meses do ano somaram 1,36 milhão consorciados, elevando o total de participantes, em julho, para 7,15 milhões, número 4,4% superior ao mesmo mês em 2014.

Foram registradas 830,4 mil cotas contempladas, correspondente a alta de 7,5%. Houve um volume de crédito comercializado de R\$ 23,8 bilhões, 12,3% acima do mesmo período do ano passado.

O avanço observado no setor, em meio à crise econômica do país, decorre do planejamento que passou a ser adotado pelo consumidor. Segundo o presidente da Abac, Paulo Roberto Rossi, o consumidor passou a planejar o acesso a bens, deixando de lado as compras por impulso.

“Mesmo em meio a um momento econômico difícil, o consumidor tem redobrado sua atenção nos comprometimentos financeiros de médio e longo prazos: muitos optaram por auto-financiamento, custos mais baixos e planejamento financeiro”, disse Paulo Rossi.